

Manutenção do preço de referência dos medicamentos não permite poupança de 165 milhões de euros aos cofres públicos e aos doentes

Lisboa, 12 de Janeiro de 2009 – A decisão do Governo de não descer o preço de referência dos medicamentos vai ter um impacto brutal na despesa da Saúde. Pelas contas que a APOGEN fez, com base no que foi gasto em 2008 com medicamentos, o Estado e os Utentes podem pagar, este ano, mais de 165 milhões de euros pela recusa do Governo em descer os preços de referência. A redução estava prevista na legislação, mas uma portaria de 31 de Dezembro dos ministérios da Economia e da Saúde congela esta descida.

Em 2008, os medicamentos originadores e os respectivos genéricos registaram um volume de vendas de 1.170 milhões de euros, destes os medicamentos genéricos representam 616 milhões de euros, ou seja, uma diferença de quase 553 milhões de euros. É nesta diferença que o Governo poderia poupar dinheiro ao Estado e a todos os contribuintes. Se o preço de referência tivesse baixado a 1 de Janeiro, como estava previsto na lei, a despesa do Estado e dos Utentes nos medicamentos abrangidos poderia cair 30%, ou seja, mais de 165 milhões de euros. Isto porque o preço dos medicamentos genéricos sofreu um corte de 30% em Outubro do ano passado.

Os medicamentos estão divididos em grupos homogéneos e o preço de referência de cada medicamento corresponde ao preço de venda ao público do medicamento genérico mais caro do mesmo grupo. O preço de referência serve de base para o Estado estipular o valor da comparticipação dos medicamentos.

A decisão de não descer os preços de referência beneficia, única e exclusivamente, as farmacêuticas dos chamados medicamentos

originadores e também das cópias. Para o Governo descer, efectivamente, a despesa do Estado e dos Utentes com os medicamentos, teria de baixar o preço de referência e forçar as empresas a baixar os preços dos seus medicamentos para o preço de referência, tal como fez com a redução de preços dos Genéricos.

De acordo com Paulo Lilaia, presidente da APOGEN, “não faz sentido que o Estado se penalize e penalize os Utentes em muitos milhões de euros, e ainda distorça o normal funcionamento do mercado, ao estabelecer preços muito diferentes para medicamentos iguais”.

No mesmo ano em que o Estado impôs um corte de 30% do preço dos Genéricos, incompreensivelmente, em alguns produtos iguais (com o mesmo custo de produção e comercialização que os Genéricos) aumentou o preço em 20%, obrigando, na prática, o Estado e muitos doentes a pagar o dobro do que pagariam pela mesmo produto genérico.

Para mais informações:

Carla Reis Costa – Porter Novelli



www.porternovelli.com

Tel. 21 313 61 00 \ 91 792 72 76

Email: carla.reiscosta@porternovelli.pt